

POLÍTICA E INSTITUIÇÕES: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS

Cristina Miyuki Hashizume¹

Resumo

O artigo discutirá teoricamente o conceito de política e a importância de uma redefinição do termo, problematizando as diferentes participações políticas da população brasileira, ao longo de nossa história. Propõe o resgate do sentido original e ético de política para revisitá-lo e propô-lo dentro de um novo paradigma ético-estético-político. Percorremos desde a Antiguidade grega até nossa atual democracia, de modo a refletir possibilidades de atuação, apesar de um passado político de pouca participação. O conceito de processo instituinte e micropolítico (da Análise Institucional) nos instrumentaliza a compreender as possibilidades de atuação diferentes, criativas e que escapam ao controle instituído.

Palavras-chave: Política; Micropolítica; Instituições; Ética

1 INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado com base em discussões teóricas realizadas por quase dez anos de orientações de projetos de intervenção em cursos de licenciaturas no ensino superior, em que propusemos temáticas direta ou indiretamente voltadas a dilemas ético-políticos em instituições públicas de saúde e educação.

Primeiramente, abordaremos o histórico da política brasileira, em suas práticas e intenções, de modo a demonstrar a participação do povo brasileiro no que concerne à vida política. A seguir, buscaremos a etimologia da palavra e, em nosso ver, seu sentido original e

¹ Professora Adjunta de Psicologia do Trabalho e Organizacional da Universidade Estadual da Paraíba, doutora em Psicologia. Endereço: Departamento de Psicologia da UEPB: Av. das Baraúnas, 351 - Campus Universitário, Bodocongó - Campina Grande-PB, CEP 58429-500. e-mail: cristina.mhashizume@gmail.com

mais nobre, que deve ser resgatado. Transcorreremos pelas práticas atuais e pelas diferentes formas de deturpação do conceito de política, chegando à redefinição do termo, contextualizado nas mobilizações recentes de 2012 a 2014.

O aporte teórico utilizado neste texto é o da Análise Institucional (BARROS, 2007; PINTO, 2001); assim como autores da pós modernidade (FOUCAULT, 1979, 1975; CASTORIADIS, 2007; GUATTARI & ROLNIK, 1999). Estes autores serão utilizados como ferramentas para construirmos um olhar transversal a respeito do tema. A partir de uma visão crítica da História do Brasil, demonstraremos que “uma certa apatia” da população brasileira foi construída a partir de estratégias políticas de um governo que não representava a vontade e interesses populares. Com isso conseguimos compreender o que levou a população a desenvolver uma espécie de aversão ao tema, associando-o a ações ‘antiéticas’ ou avessas ao cotidiano da cidade. A partir dos autores pós-modernos desconstruiremos o senso comum a respeito do conceito de política, trazendo exemplos importantes de ações politizadas e que refletem que a crítica e a formação (educacional e, conseqüentemente, política) são pré-requisitos para um novo olhar a respeito do tema.

A política é delimitada dentro desse referencial teórico, de modo que não se trata apenas de um tema a ser investigado pelo presente artigo, mas sim, modo de se engajar ético-político a partir do qual decorrerão ações comprometidas com o interesse público e da maioria.

A representação social acerca da política, no Brasil, refere-se a uma visão conflituosa de jogo de interesses, marcada, principalmente, por atos corruptos e alheios aos interesses da população (CARVALHO, 2008). Há uma visão depreciativa a respeito da política, situando-a uma visão de acordos informais que têm interesses privados e corruptos em detrimento de uma proposta democrática de atender aos interesses da população. Tal visão alimenta um significado de política associado à troca, em que Estado e instituições sociais “dariam” algo ao contribuinte em troca de votos e outros favores. Não concordamos com essa visão, tendo em vista que ela descaracteriza o sentido original de política e afasta a população cada vez mais em relação ao tema, alimentando uma visão preconceituosa e limitando a possibilidade de conhecer o sentido original da palavra.

Em segundo lugar, percebemos que muito da repulsa que alguns têm em relação ao tema “política” se dá pelo fato de associarem-na ao partidarismo, ou à militância política. Essa

visão equivocada de militância se remete à imagem propagada pela mídia industrial e massificada e, ao mesmo tempo, reforçada por uma visão preconceituosa sobre os movimentos sociais, como se todos fossem ilegítimos.

Soma-se a esses aspectos, o intenso personalismo, paternalismo e carisma característicos nas relações sociais no Brasil, estratégia que “enlaça” os eleitores e estabelece com eles uma relação íntima, e ao mesmo tempo, de dependência apadrinhada. Nesse sentido, a política deixa de ser um assunto relativamente objetivo e racional, e passa a ser a defesa de interesses de lados oponentes, que pode lançar de estratégias ”maquiavélicas” para se atingir o objetivo.

O personalismo e a passionalidade (MATTA, 1997; BOIN, 2004) brasileiros, além do espírito aventureiro e a plasticidade têm historicamente estabelecido uma relação ambígua entre pessoas e poder, constituindo-se em conflitos de interesse que têm sido resolvidos através de mandonismo e coronelismo. Esse processo dúbio entre política e emoções já foi amplamente discutido por Maturana (2002) quando este relaciona que a objetividade na democracia só pode ocorrer quando há respeito e consideração com o lado oponente. Sem isso a discussão e o debate se tornam sem fim.

Segundo a visão Aristotélica, a polis (cidade) é uma comunidade política subordinada a uma politei (pacto comportamental e moral) tendo em vista o bem viver para os seus politai(cidadãos). Somente inserido na polis é que o homem pode cumprir sua função de vivente político. Com a possibilidade de atingir uma vida melhor, não ser cidadão, seria, em última instância, não ter acesso ao “viver melhor”, embora isso não signifique viver fora da polis. Apenas a condição de cidadão possibilita ao homem viver numa comunidade justa de livres e iguais. Acompanhando esse significado etimológico da palavra, corroboramos o entendimento de que política se constitui nas ações e negociações que se dão no plano do cotidiano, incluindo os acordos formais e informais que ocorrem nos espaços públicos e de trabalho. A micropolítica é, por nós, entendida como ação importante que reverte determinações instituídas por órgãos administrativos, ou pela gestão e que garantiria a saúde do trabalhador, na medida em que o mantém vivo e sempre em busca de debates.

Nesse aspecto, exercer política garantiria ao trabalhador a possibilidade de participação, mobilização, a partir de um agir pensado coletivamente, em prol de interesses coletivos e democráticos.

Por outro lado, tem-se usado em práticas institucionais e nos grupos sociais cada vez mais o termo cidadania com o intuito mesmo de fugir do termo política, devido a toda essa carga representativa negativa que a palavra elicia. A palavra cidadania emerge num misto de direitos sociais e direitos humanos, associada a um apelo emocional e solidário das pessoas para com as minorias e grupos engajados. Sem identificar esses atos cidadãos como prática política, muitos brasileiros têm realizado ações eticamente comprometidas com minorias ou com vontades gerais da população, o que demonstra que a despeito do individualismo acirrado, algumas práticas tentam romper com a ordem instituída.

O objetivo desse texto é destacar o conceito de política, associando-o à cidadania, e compreendendo-o como necessário e chave para as estratégias desenvolvidas pela população, usuária de equipamentos públicos, nos problemas cotidianos institucionais.

Além do conceito de política baseado no significado etimológico do termo, política também pode ser entendida como sinônimo de persuasão, o que pressupõe reconhecimento da igualdade entre as pessoas. É através do discurso e dos argumentos que as pessoas irão tentar convencer umas às outras, ou simplesmente trocar ideias e experiências.

Num país em que imperam frases como: “Sabe com quem está falando”, “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, o exercício político deveria ser incentivado, até como parte de uma formação diferenciada em relação a nosso passado marcado por arbitrariedades e autoritarismos instituídos. Principalmente em cidades menores de nosso país, o personalismo ainda leva as pessoas comuns a tentarem levar vantagem acerca de seus direitos, tratando com deferência aqueles que têm influência política ou são amigos/ parentes de pessoas que “detêm” poder. Felizmente, a globalização tem tornado menos aceitável esse tipo de prática.

2 UM HISTÓRICO DA POLÍTICA

Aristóteles (2007), no século IV a.C., enuncia que a vida pública só pode ser verdadeiramente exercida na vivência em público, com a participação de todos os cidadãos

ativamente. Para tanto, seriam necessários espaços de decisão negociados que se constituiriam no *locus* privilegiado de ação e reflexão sobre os problemas da *polis* e da garantia dos interesses da população. A finalidade da política seria a busca da felicidade. A política, assim como a sociabilidade, seriam estados naturais e válidos para todos os homens.

Maquiavel (2006), em 1513, estabelece um modo de viver político que ressalta a crueldade e os interesses dos homens, que precisavam ser refreados por ações estratégicas do governante. Uma forma de o governo garantir a sua autoridade seria intimidando o povo nos momentos de crise, ao mesmo tempo em que deveria representar ser liberal, estando ao lado do povo. Maquiavel se desgarrava da moral cristã, propondo uma moral pagã que justificava certas atitudes más ou cruéis por parte dos governantes para conquistar ganhos para a nação. Defende que apenas na política os políticos e a população poderiam exercer seus direitos e sua humanidade, na medida em que seriam livres para colocar suas opiniões em debate. A respeito da República, Maquiavel ainda ressalta que os conflitos e tumultos ocorridos entre nobreza e povo eram ações esperadas tendo em vista os diferentes pontos de vista que os cidadãos tinham. Nesse sentido, mostrava que o conflito não necessariamente representa algo desaconselhável, mas inevitável para uma vida em comum.

Podemos afirmar que ambos os autores nos dão mostras da importância que é garantir um debate social visando à garantia de interesses que digam respeito a todos. Tais fundamentos não estão perdidos no tempo, mas sim, devem ser usados de modo que nos sirvam para refletir sobre as ações políticas modernas, não numa comparação pragmática, mas que possibilite uma discussão propedêutica e de base.

Hobbes (2006) justifica o Estado propondo o Leviatã (século XVII), responsável pela segurança dos homens em troca da total liberdade que anteriormente tinham quando do estado de natureza. Acredita que o Estado não é natural, mas um artifício criado para por fim às dificuldades inerentes à convivência sem leis dos homens. Defende o relativismo moral na constituição das relações sociais.

Locke (2008) discute a noção de sociedade política e civil, criando uma engenharia governamental através da proposição de um modelo político que seria o mais adequado. Defende o direito de rebelião e de resistência dos súditos. Em 1690 explica no seu tratado sobre governo civil que cada indivíduo tem a responsabilidade de fazer parte do poder executivo, uma vez que a

soberania é inalienável. Vendo o governo dividido em executivo, legislativo e federativo, o autor vai defender que é a propriedade o que vai promover o pacto social, uma vez que garantiria a defesa de certos interesses de tanto das classes mais baixas quanto das classes mais altas.

Por fim, Rousseau (2003), em 1762, vai defender que o governo deva ser direto, e não representativo, tendo em vista que a vontade geral é inalienável. Acredita que é através das leis que se garante a propriedade, e conseqüentemente o direito de pobres e ricos. É a mesma lei que garantirá a liberdade dos homens que pactuam o contrato social. O cidadão rousseauiano deve seguir a vontade geral, ou seja, deve visar ao interesse geral e público. É a partir desses olhares positivos e produtivos sobre o homem que defenderemos o conceito de política. Uma política engajada com a vontade geral, com o interesse público e visando a ações práticas para a garantia do bem estar social. Entendemos que tal conceito só pode ser discutido considerando-se uma visão multidisciplinar da questão.

Retomaremos posteriormente estas definições dos filósofos da Política até aqui mencionadas como uma possibilidade de redefinirmos nossas ações a partir de uma política que seja afirmativa e construtiva para a cidadania.

Autores pós modernos como Foucault (1979) defenderão que a história do poder não segue uma coerência linear e racionalmente previsível, justificável e progressiva. Seu estudo arqueológico se propõe exatamente a mapear/ cartografar as diferentes e específicas manifestações de exercício do poder e da micropolítica. Para o autor, o poder não é algo que se detenha ou que possa ficar concentrado de um lado ou de outro da história. Por exemplo, no caso da política, não podemos afirmar, a partir desse referencial teórico que o poder só acontece no governo oficial e formal do estado. Ele está infiltrado nas ações, no cotidiano das pessoas, seja ativamente, seja de forma reativa a um poder exercido sobre si. O poder, portanto, se enreda de tal modo, em todos os lugares, nos corpos, simbolicamente, a partir do discurso, dos espaços e saberes permitidos, que não podemos reduzir seu efeito apenas à repressão. Segundo o autor, o poder deve ser analisado positivamente, como causador de efeitos que produzem formas de subjetividade específicos daquela época, local e interesses emergentes.

A partir dessa visada teórica, não faz sentido buscarmos uma linearidade na explicação dos comportamentos políticos da população, nem direcionar a fonte da política aos gestores públicos. Pelo contrário, as ações políticas se exercem no dia a dia, a partir da vivência

específica de cada cidadão que se vê exposto ao disciplinamento corporal ou simbólico em todas as suas ações. A prática política deve ser analisada na reflexão crítica e nas ações de grupos, indivíduos e instituições, já que estes sempre são atrelados às diretrizes da macropolítica estatal, sendo-lhe indispensável na sustentação e atuação eficaz. (FOUCAULT, 1979). Nesse sentido, ações políticas ocorrem em situações móveis e transitórias que se distribuem por toda a estrutura social. A cada exercício de poder, podemos verificar produção de saber. Saber sobre o *poder*, mas também saber que será utilizado em proveito dos pontos mais altos da *hierarquia* do poder. Esse saber produzido não é visto como um epifenômeno, um efeito ideológico, mas é compreendido na materialidade, como prática, acontecimento, que faz parte de um dispositivo político estreitamente ligado à estrutura econômica. Nesse sentido, o saber nunca será neutro nem ideológico, mas sempre demarcará um posicionamento político de implicação daquele que exerce poder.

As teorias sobre os movimentos políticos e sociais produzem saberes implicados com determinados interesses. Por muito tempo, na História do país, os saberes historiográficos serviram ao mapeamento da história a partir da visão dos conquistadores. Esse saber estava implicado com a manutenção do *status quo*, de modo a exercer poder e controle sobre as classes menos abastadas. Da mesma forma, podemos dizer que nos dias de hoje, a possibilidade de posicionamentos múltiplos e diferentes nos permitem agir de modo a garantir nossos espaços de poder na política. No pós modernismo, as possibilidades de atuação e exercício de poder se exponencializam, numa rede com infinitas ramificações. Tais redes de poder podem ser exercidas de modo a defender posturas e posicionamentos de diversos segmentos sociais, haja vista o contexto político brasileiro ser extremamente aberto à diferença. São esses embates que nos permitem analisar as relações entre a política instituída e aquela que se quer instituinte.

3 UM OLHAR CONTEXTUAL. EM QUE TEMPO E ESPAÇO SE ENGENDRA A POLITIZAÇÃO ESTUDADA?

A história brasileira é alijada de experiências efetivas que tenham nos permitido exercitar ações e debate políticos. A referência que temos em relação a lutas, reivindicações e

manifestações, em geral é bem recente. Podemos citar movimentos como o “Diretar Já”, o “*impeachment* do presidente Collor” e, mais recentemente, as manifestações políticas irradiadas em vários pontos do país.

Escolhemos analisar, para exemplificar a vivência política do povo brasileiro, os tempos da República no Rio de Janeiro, conforme estudo desenvolvido por Carvalho (2006). Se arbitrariedades e autoritarismos, por um lado, nos tiraram a possibilidade de exercício de política e cidadania, além do usufruto de direitos políticos, por outro, nos mostraram como uma articulação entre a população pode se dar, quando essa acredita que o governo não a representa. Aqui, estamos nos referindo aos meios usados pela população brasileira à época para exercer seu poder (reativo mas propositivo) quando este direito lhes parecia ser cerceado. Já que não era bem-vinda a participação da população na política, esta passou a se dar de forma paralela ao governo centralizado, o que tentaria aproximar os costumes da época com as necessidades mais imediatas do povo, numa situação de informalidade. Dessa forma, podemos observar como a informalidade adquire um significado peculiar para o brasileiro desde esse período histórico. Essas ações políticas, que ocorreram à deriva do governo centralizado, demarcam novos espaços e saberes produzidos em função de diferentes interesses.

A valorização do apadrinhamento e de relações de lealdade entre os que governavam, de um lado, e o restante da população, do outro, fez o conflito e as contradições serem sinônimos de perigo, crise e desordem, que deveriam ser reprimidos pelos poderes militar e policial. A discordância de opiniões e de posicionamentos políticos no Brasil, sob a ótica dos dirigentes sempre foi vista como atraso ou ignorância, e não como uma visão diferenciada e construtiva que deveria ser respeitada enquanto alteridade. Num passado bem recente, o Estado parecia perceber a sociedade civil como inimiga e perigosa, tentando bloquear sua iniciativa nos movimentos sociais, sindicais e populares. Na atualidade, podemos observar uma tendência a igualar o exercício da política à sociedade de necessidades assistencialistas, o que tolhe a participação integral cidadã. De qualquer modo, movimentos populares surgem e demarcam seus interesses através de ações que visem garantir espaço para a defesa de políticas afirmativas implicadas com grupos minoritários.

Ainda dentro de uma contextualização sobre o comportamento político do brasileiro, Boin (2004) ressalta outras características dos brasileiros quando em cargos de poder: o

personalismo e a necessidade pela manutenção no poder. A falta de experiência de exercício político acaba por confundir relações políticas com relações interpessoais puramente pautadas em vínculo afetivo ou de lealdade, o que confunde as duas esferas – vida pública e vida privada, que a princípio, deveriam ser diferenciadas. Consequência disso é a gestão pública ser caracterizada por atitudes paternalistas aliadas ao “jeitinho brasileiro”, que buscam o favorecimento de alguns (apadrinhados) em detrimento da lei (que seria aplicada aos inimigos ou indiferentes). A mesma autora ainda cita o distanciamento entre discurso e prática como outra característica do comportamento político do povo brasileiro, o que também se relaciona com a falta de planejamento e de prática estratégica por parte de grupos da sociedade civil. Tal planejamento estratégico é algo que se constrói coletivamente, por meio da discussão e da proposição de novas ações a partir do que ocorre na prática. Em lugar disso, no Brasil, grande parte das vezes, a legitimação das lideranças, junto ao povo, se dá pela lealdade pessoal, reforçada pela hierarquia. A presença de impunidade e a ausência de premiação e de reconhecimento da eficiência também são características recorrentes. Essas marcas explicitadas historicamente se reafirmam no nosso cotidiano político atual, seja nas práticas institucionais, seja na micropolítica cotidiana.

Em diversos momentos de nossa história temos fatos que comprovam uma preocupação permanente por parte do Estado brasileiro no sentido de manter a ordem. O esforço parece ser no sentido de encarar qualquer forma de manifestação/ contestação da ordem estabelecida como um mal a ser sanado. E nesse sentido, diversos são os artifícios utilizados pelo poder estatal para sufocar esses movimentos indesejáveis.

Para Chauí (2001), a política no Brasil é praticada sob uma perspectiva naturalista-teocrática, como se os dirigentes fossem detentores do poder por direito natural ou “escolha divina”. A política não consegue se configurar como campo social de lutas, mas passa para o plano da representação teológica entre a sacralização/adoração do bom governante e a satanização do mau governante. Tal visão impede que sejam percebidos aspectos locais outros que interferem simultaneamente nas ações políticas,

Com isso, a visão de governo para grande parte das pessoas é de algo intocável e, apesar de questionável, desenvolvem-se outras formas de atividades políticas, porém, à parte do que é proposto pelos governantes. É como se o Estado se tratasse de algo maior, transcendente, externo

e, por conseguinte, impossibilitado de abarcar os desejos e interesses da população. Essa forma específica de, como povo, nos afastarmos da política como se ela fosse uma ação que não nos compete, nos desvia da possibilidade de participarmos das decisões num plano concreto e imanente. Seria pertinente falarmos aqui de uma certa alienação, no sentido de isenção da população quanto à obrigação civil de engajar-se em causas que repercutam na sociedade como um todo.

Afora esses fatores culturais e tradicionais mencionados, soma-se o discurso ideológico, que nos passa uma ideia de mundo naturalizada e a-histórica da realidade, deixando de fora explicações que apontem para a divisão de classes e para o progresso como fruto da exploração de uma parcela da sociedade. Produzindo uma certa imagem do tempo como progresso e desenvolvimento, o discurso ideológico pressupõe o aperfeiçoamento linear da qualidade de vida humana, exorcizando o risco de enfrentar a história como sucessão de disrupturas, sem relações de continuidade, o que parece melhor caracterizar os fenômenos políticos. Chauí (1992) afirma que o termo *progresso* nos remete ao pressuposto de desdobramento temporal de algo que já existira como germe ou larva, de tal modo que a história passa a não ser mais vista como criação ou transformação, mas sim algo idêntico que vai apenas crescendo com o decorrer do tempo. Outra noção que também visa escamotear a visão crítica da história, sob a aparência de assumi-la, trata-se de desenvolvimento, que pressupõe um ponto fixo, idêntico e perfeito, que é o ponto terminal de alguma realidade, ao qual a humanidade deverá chegar. Essas duas noções têm o intuito de des-historicizar os processos políticos pelos quais a sociedade passa, tendo em vista serem eles ameaças ao Estado e às formas instituídas. Resumindo:

O progresso, colocando a larva, e o desenvolvimento, colocando a “boa forma” final, retiram da história aquilo que a constitui como história, isto é, o inédito e a criação necessária de seu próprio tempo e *telos*. Colocando algo antes do processo (o germe) ou depois do processo (o desenvolvido), a ideologia tem sérios compromissos com os autoritarismos, uma vez que a história de uma sociedade passa a ser regida por algo que ela deve realizar a qualquer preço. Passa-se da história ao destino. (p29-30, aspas da autora).

A mesma ideologia que ofusca a realidade, criando um discurso lacunar, impede que as pessoas acreditem que a política seja um assunto que lhes diga respeito. Face à alienação, o

exercício do poder pelo povo é terceirizado, ou seja, os cidadãos representados pelos órgãos e partidos que dominam o poder, se afastem da experiência de opinar, discutir, criar soluções.

Tal como é concebida em nosso país, a política deve ser também contextualizada dentro da sociedade moderna. O surgimento do individualismo no mundo moderno reforça o mérito pessoal, o privado em detrimento do público. O declínio do homem público, de acordo com Sennett (1999) traz à discussão a formação de uma ética privada ao longo dos séculos, de tal forma que o discurso político é substituído pelo discurso psicológico. No século XIX, a família vai se revelando como um refúgio idealizado, mais elevado moralmente do que o domínio público. Privacidade e estabilidade passam a estar unidas na família. Parafraseando Sennett (1999): “É em face dessa ordem que a legitimidade da ordem pública será posta em questão. [Uma pessoa pública] “apresenta aos outros aquilo que sente, e é essa *representação* de seu sentimento que suscita a crença” (p.35). Há uma superposição da *personalidade* daquele que exerce a política em detrimento de suas ações realizadas e seu discurso objetivamente analisado. É também dentro desse quadro de mudanças que podemos entender melhor como a concepção de política, que era o ápice da vida humana, hoje virou algo de menor valor, sinônimo de corrupção. A consequência dessa mudança é a visão de cidadão invencível, proativo e motivado que buscará soluções individuais para as questões mais globais,

Ora, tal situação só pode provocar mudanças nas subjetividades das pessoas. O coletivo é desestimulado, o individual e a competição estimulados. É nesse sentido que Maturana (2006) analisa o comportamento político como sendo diretamente relacionado ao aspecto emocional do ser humano, à sua saúde mental.

4 A MICROPOLÍTICA DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

Em nosso entendimento, o modo como qualquer conhecimento é utilizado é prioritariamente político, pois aquele que o detém estabelece relações de poder com os outros e se legitima como detentor de um saber científico, nunca neutro, que demarca posicionamentos políticos, visões de mundo e concepções de homem. O conhecimento e o saber, enfim, o acesso à produção cultural acumulada pela humanidade, é uma importante ferramenta para aqueles que não têm voz no processo social, visto que quem possui acesso ao conhecimento tem melhor

possibilidade de articulação crítico-política frente à realidade. Levando em conta os atravessamentos políticos, econômicos e sociais que perpassam o cotidiano de um equipamento público toda ação ali exercida é política, uma vez que requer do profissional em questão escolhas, baseadas em visões de mundo alicerçadas em valores e posicionamentos sobre a cidade, as pessoas e os problemas enfrentados por elas.

Apropriando-nos dos conceitos de Castoriadis (2007), compreendemos que a política do dia a dia se dá no plano do “instituinte”, conceito que remete a ações que ainda estão no plano da vontade do grupo (devir). Através desse conceito, o autor abre brecha para entendermos a luta diária dos trabalhadores por seus direitos laborais e como cidadãos. Tal conceito se contrapõe ao de instituído, que se refere ao plano das políticas e normas enrijecidas. Defendemos uma micropolítica que possibilitaria uma compreensão real da política no viés instituinte.

Especificamente no caso do servidor público, cremos que há uma certa autonomia em sua ação, tendo em vista que ser estatutário lhe garante uma amplitude maior de ação e de posicionamentos políticos e profissionais, que lhes coloca numa posição privilegiada instituinte.

Para nós, a participação política é entendida como uma luta a ser construída no dia a dia, ou seja, nada é garantido desde o início, mas deve ser reiniciada continuamente e incessantemente. Corroboramos a ideia de Janine (2004, 2010, 2011) que a política não deve ser exercida apenas vinculada a interesses de controle do Estado. Ela também deve se referir a momentos da vida, prazerosos, lúdicos, que tragam bons resultados para as pessoas em suas vidas afetivas. A ausência, em nossos dias, da praça como espaço de troca de relações humanas ocasiona uma mudança importante no que concerne à convivência social e exercício da política com vistas a melhorar o espaço público. A rua, lugar de passagem, não substitui o privilegiado espaço para se debater problemas da esfera pública como a praça (ou a antiga *Ágora*, dos gregos). O individualismo, o trânsito e deslocamento realizado em veículos particulares torna ainda mais inóspito o espaço público para o exercício de pensamento e crítica.

Nesse sentido, o conceito de micropolítica, que envolve a participação nos espaços cotidianos, se relaciona com o conceito de saúde proposto por Canguilhem (2000), que define saúde não como um estado homogêneo, mas sim de constante luta, de busca permanente pelo restabelecimento e pela recuperação de um estado de bem-estar. É justamente nessa dinamicidade que se dá a saúde para o autor.

No caso do trabalhador, sua saúde será garantida provisoriamente, na medida em que este se mantiver lutando por ações que lhe faça sentido. Enquanto acreditar que tem potencial através de forças e argumentos (sejam técnicos ou afetivos) para continuar sua batalha, conseguirá ter controle sobre sua saúde, nesse sentido mais amplo. Por outro lado, a sensação de impotência na micropolítica do dia a dia não é saudável nem para o cidadão, nem para a instituição social, que depende de ações políticas para atingir a seus objetivos.

A luta ético-política do trabalhador pelas causas do dia a dia laboral trata-se de uma busca por discussão e debate, fonte de saúde, uma vez que se abrem perspectivas e possibilidades junto à coletividade. Nesse sentido, defendemos que saúde, educação e política caminham juntas, já que é por intermédio da luta por seus valores e pelos interesses da categoria que o trabalhador se vê desafiado a dialogar, a argumentar e a persuadir os demais colegas a entrar nessa discussão. Participar do debate, contribuir, conflitar com a opinião de outros que pensam diferente é mobilizar energia e vida em função dessa atividade. A vida política cotidiana do trabalhador pode lhe garantir um sentido e uma coerência que o seu trabalho fragmentado e centralizado não lhe garante. Para além da política sindical da categoria, o exercício da micropolítica pode dar ao trabalhador a possibilidade de romper com a alienação e com a mecanização do trabalho docente.

Diz Cortella (2010) que conviver é o mais político dos atos e que é na convivência com o diferente que desenvolvemos as potencialidades da democracia, enriquecendo laços sociais. Podemos fazer uma reflexão sobre isso a partir da experiência no serviço público. Como está se dando a convivência entre os diferentes personagens do equipamento? Para além das mazelas e da violência originada de fora dos equipamentos, como esses personagens criativamente se unem de modo a problematizar as questões que se impõem no cotidiano?

O discurso político pode acontecer nos mais diferentes âmbitos. Aqui não nos referimos à panfletagem sindical nem ao partidarismo. Estamos nos remetendo a ações positivas em prol da defesa do interesse comum, seja dos trabalhadores na sociedade capitalista em geral ou de outro, que precisa de um olhar expandido sobre a educação para que possa envolver-se em mudanças sociais mais amplas. Cremos que é a partir do debate comum que os trabalhadores unem forças para construir uma percepção de si como personagens ativos que podem modificar o trabalho no seu âmbito de atuação e, por meio disso, interferir nas mudanças sociais. Debater também é uma forma de fugir da passividade e do imobilismo a que estamos sujeitos na sociedade moderna.

O serviço público trata-se de *locus* privilegiado para a ação micropolítica. Diferentemente de outras profissões, grande parte dos trabalhadores do magistério ingressa na área com uma ética de responsabilidade perante o outro e a coletividade. Retomando a visão aristotélica de política, ela pode trazer felicidade no sentido de nos fazer sentir vivos. Sentir-se vivo referir-se-ia à participação de cada um nas ações em defesa da coletividade, lutando para o extermínio da corrupção e da imposição privada ao interesse público. No que se refere ao trabalho dos funcionários públicos em equipamentos de atendimento à população esse engajamento ético-político se faz necessário para bem atender ao público.

Para estudarmos a micropolítica, utilizar-nos-emos de dois conceitos que se inserem na proposta de micropolítica de Guattari (1999): o nível do molar e do molecular. Apropriar-nos-emos desses conceitos da pós modernidade para compreendermos melhor os níveis de ação política. Molar não equivale a grande, mas refere-se a um certo modo de enxergarmos os fluxos em grandes conjuntos, identidades, individualidades, sujeitos e objetos. É o plano das realidades *já constituídas*. Ele é predominantemente habitado por “linhas duras”, que estão subordinadas a um ponto que se torna referência para os demais, que “significa” os demais. O *molecular* refere-se ao plano do instituinte, daquele que se conforma provisoriamente de uma determinada maneira, mas que, a qualquer momento, pode se mostrar de outra, de acordo com os fluxos e intensidades momentâneas tanto conjunturais quanto do sujeito.

Castoriadis (1982) também discute essas duas formas de realidades usando outro binômio: o instituído e o instituinte. O primeiro referir-se-ia ao plano das leis, normas disciplinares, enquanto o segundo se remete ao plano do imanente e dos devires. É a partir do segundo conceito que podemos compreender as possibilidades de ação coletiva a partir de demandas refletidas por grupos interessados. É nesse plano que temos liberdade, conceito que se refere à possibilidade de nos revoltarmos em relação ao que existe de injusto e ao que contraria os interesses do coletivo. A construção coletiva nos dá certa capacidade para lermos nossa própria situação, identificando o que nos leva a ser e agir de uma determinada maneira.

O conceito de política por nós aqui tematizado se enreda à ação dos trabalhadores na medida em que no entrecruzamento dos níveis micro e macro da política institucional, permite movimentos ora mais assujeitados à política instituída, ora mais ativos e dispostos a criar novos cenários que nos favoreçam participar efetivamente. Política, em sentido mais nobre, aponta para

uma pulsão vital que forma valores éticos nos cidadãos. É um assunto do dia a dia, sobre o qual qualquer cidadão pode opinar e participar, conforme prega Hobbes (2006). Discordamos a visão hobbesiana de que só há sociedade porque há Estados e de que seríamos indivíduos atomizados, entregues à própria fortuna, dependentes da própria astúcia e força para vencer e para conseguir um ordenamento social justo. A este autor falta a confiança na vida social e em seus poderes: traços essenciais da democracia moderna.

Porém, para que as ações do cidadão produzam efeito, este deve estar consciente da inserção de suas práticas no contexto institucional macro que é definido por legislação específica a que está sujeito.

5 COM VISTAS À CONCLUSÃO

Tendo em vista esse contexto de não-formação política do povo brasileiro para um engajamento efetivo, isso se reflete nas ações impensadas ou sem análises reflexivas sobre as possíveis consequências políticas destas na vida cotidiana. A prática política não exige uma formação específica para tal. Apenas requer que o cidadão se sensibilize pela vontade geral das pessoas, sem se deixar corromper por interesses privados. A fragilização dos movimentos sociais e de debates que abarquem o bem estar coletivo dificultam a discussão e defesa de ações que visem à vontade geral democrática. Mas, conforme Foucault (1979) defende, essa vontade pode ser compreendida nas especificidades dos diferentes grupos, situados em diferentes contextos e singulares demandas. O rompimento de um sentimento de pertença a uma comunidade mais ampla de cidadãos também leva com que as pessoas procurem cada vez mais por saídas individualizantes, corrompendo o sentido genuíno de política.

Para nós, a participação política não se confunde com militância nem com partidarismo, mas é aplicada aos problemas do dia a dia. Trata-se de uma possibilidade de decidirmos sobre questões que trariam benefícios à comunidade em geral, e conseqüentemente, de preparar cada cidadão egresso de uma escola comprometida para assumir sua postura como indivíduo portador de direitos coletivos.

Conforme historicização anterior, um pouco da falta de postura política da população brasileira se relaciona à estratégia política por parte de governantes desinteressados na participação maciça do povo. No plano micro, por exemplo, a falta de participação da comunidade do entorno provém dessa visão deturpada de política, de servir apenas para atender a interesses privados, que impregna a representação que a população tem a respeito do tema. Se participassem mais da gestão da cidade como um todo, nos orçamentos participativos, no debate sobre os conselhos de educação, de saúde, e outras instâncias públicas, certamente perceberiam as possibilidades existentes de engajamento.

O resgate do sentido clássico da Filosofia Política deve ser feito com base em valores éticos que contribuam para a melhoria dos cidadãos na coletividade. Por mais que a sociedade hoje seja resultado de um processo de individualização crescente que acentua cada vez mais o “ensimesmamento” e a competição, o “Do it yourself!”, paralelamente, temos observado agrupamentos que se organizam em redes, possibilitadas pelas novas tecnologias da comunicação, para discutir questões que lhes são comuns. A possibilidade de mobilizações e engajamentos inéditos que seriam impossíveis sem as facilidades tecnológicas, de certa forma, motiva um engajamento que pode se potencializar como formas de debate e práxis. Nesse sentido, corroboramos as discussões sobre formas de organização que visem à sustentabilidade planetária por meio de ações que nos façam refletir para além da resolução de nossos interesses particulares e de questões que se fazem presentes à nossa geração. Por sustentabilidade, aqui, entendemos a promoção de uma qualidade de vida que repercuta em bons resultados para a sociedade, contribuindo com a construção mais ativa de um sentimento de pertencimento coletivo.

Tal resgate se dará de forma mais efetiva se nos inspirarmos, sem saudosismo, em obras clássicas de teóricos da Política, que abrem caminho para um debate frutífero que exalta a preocupação com o outro, com o bem estar da comunidade e o respeito pela Ética da coletividade.

POLICY AND INSTITUTIONS: POSSIBLE JOINT THEORY

Abstract

This article will discuss theoretically the concept of politics and the importance of its redefinition, discussing the different political interests from Brazilian population, throughout our history. It proposes to rescue the original and ethical meaning of Politics and to review and redefine it inside a new Ethical-aesthetic-political paradigm. We have come from Greek Antiquity to our current Democracy, so as to raise reflections about possibilities for political actions despite of the lack of political past without participation. The concept of instituting process and micropolitical (for Institutional Analysis) allow us to understand the possibilities for different and creative acting beyond the control in place.

Keywords: Politics; Micropolitics; Institutions; Ethics

POLÍTICA Y ESCUELA: POSIBLES RELACIONES CONCEPTUALES

Resumen

El artículo tiene como objetivo, a partir de una genealogía de las relaciones políticas entre los diferentes conceptos de la política y su influencia en las acciones prácticas que los maestros y profesionales de la educación tienen como escuela de la demanda. Llegamos a la conclusión de que una forma de ignorancia sanarnos reeducación política sería popular, a través de estrategias que fomentan la acción politizada en la vida cotidiana.

Palabras clave: Educação; Participação Política; Cotidiano; Formação

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Ícone, 2007.

BARROS, R. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulinas/ UFRG, 2007.

BOIN, M.O. As lideranças na organização empresarial contemporânea: uma abordagem de relação intersubjetiva entre o homem e a organização de trabalho. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v.2, n.1, p. 45 - 56, jan./jun., 2004.

HASHIZUME, Cristina Miyuki.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2000.

MATTA, R da. *Camavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro Rio de Janeiro* : Rocco, 1997.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Martins Fontes, 2006.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

PINTO, S. *Micropolítica do fracasso escolar: uma tentativa de aliança com o invisível*. Dissertação. (Mestrado em educação) UFES, 2001.

RIBEIRO, R.J. *O afeto autoritário: ética e democracia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

_____. *É possível superarmos a cultura das transgressões?* IN: CARDOSO, F.H.; ABDENUR, R. *Cultura das transgressões no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIBEIRO, R.J.; CORTELLA, M.S. *Política: para não ser idiota*. Campinas: Papyrus, 2010.

ROUSSEAU, J.-J. *O Contrato Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Record, 2008.

Data de recebimento. 31/08/2014

Data de aceite. 10/09/2014